

A INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA A PARTIR DE POLÍTICAS DESENVOLVIMENTISTAS

Marco Antonio Henrique¹, Fábio Ricc² (orientador)

UNITAU - Universidade de Taubaté. Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação.
Rua Visconde do Rio Branco, 210, centro, Taubaté – SP
Tel. (12) 3625 4217. www.unitau.br/prppg

¹Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional- PPGDR- UNITAU. Contador Público Federal.
marcohenrique@hotmail.com

²Doutor em História Econômica – FFLCH-USP. Professor Doutor da Universidade de Taubaté
professorfabioricci@gmail.com

Resumo- No final do século XIX e começo do século XX a economia brasileira era baseada no café, o produto mais dinâmico que possibilitou mesmo que indiretamente o processo de industrialização do Brasil. Com a libertação dos escravos, a superprodução do café e os fatores externos (guerras e crise de 1929) o setor exportador entra em crise. Com as habilidades empresariais adquiridas com a comercialização e exportação do café, o capital oriundo da cultura cafeeira, os choques adversos e a intervenção estatal (ou políticas de governo) o Brasil teve sua industrialização realizada, ainda que de maneira tardia. As políticas públicas foram importantes no sentido de orientar todo o sistema econômico: no início com a proteção a cultura cafeeira, com a proteção a indústria nacional e depois com a abertura comercial no fim do século.

Palavras chaves: políticas, incentivos, industrialização, crescimento econômico

Área do conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas - Economia

Introdução

A Industrialização brasileira aconteceu de forma tardia e teve como fato indutor políticas públicas que favoreceram esse acontecimento, assim como fatores internos e externos a economia que levaram a industrialização.

Os estudiosos desenvolveram teorias que explicam as causas da industrialização, no entanto muitos estudos ainda continuam sendo realizados para que esse importante episódio da economia brasileira seja explicada: a transição de uma economia baseada na cultura do café para a industrial.

Metodologia

Segundo Vergara (2000, p.12) “método é um caminho, uma forma, uma lógica de pensamento”.

Nesse aspecto, o método é a maneira utilizada pelo autor para se chegar aos resultados esperados na pesquisa, é a maneira utilizada pelo pesquisador para desenvolver uma pesquisa. Neste sentido, com o método chega-se a conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista, significa a escolha dos procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação dos fenômenos, ou seja, ao estudar determinado objeto, a metodologia mostra quais os procedimentos utilizados pelo pesquisador para atingir seu fim (RICHARDSON, 1999; LAKATOS, 2003).

Quanto aos objetivos, esta é uma pesquisa exploratória e descritiva, já que busca tornar explícito, explorar descrever o processo de industrialização no Brasil a partir de políticas desenvolvimentistas, discute e propõe novos entendimentos para posteriormente permitir a

proposta de estudos mais aprofundados. É uma pesquisa exploratória, pois foi realizada em uma área em que há pouco conhecimento acumulado e sistematizado (VERGARA, 2000).

Com relação ao delineamento, trata-se de uma pesquisa bibliográfica, uma vez que foram utilizados livros, leis e outros materiais de natureza bibliográfica. Com a pesquisa bibliográfica foram possíveis: recolher, selecionar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre o assunto. A análise desses trabalhos já existentes possibilitou o conhecimento das contribuições científicas sobre o assunto abordado no trabalho (MARTINS, 1994).

Resultados

A industrialização brasileira e políticas desenvolvimentistas

No ano de 1844 a Lei Alves Branco estipulava taxas de importação de 20% para importação de produtos que não tivesse um similar nacional e para 60% para aqueles que possuíssem similar nacional. Essa foi uma forma de proteger a indústria nacional e incentivar a compra do nacional ao importado (VIEIRA, 2009).

No entanto, o processo de industrialização do país teve início nos anos de 1885. Fatores como mão de obra assalariada, formadas com a imigração em massa, a abolição da escravidão e a intensificação das estruturas pré-capitalistas foram os principais responsáveis. As mudanças de pensamento da sociedade, que não mais aceitavam que o país devesse ser exclusivamente agrário contribuíram de maneira muito especial para o processo de industrialização. No final do século XIX, o Brasil já contava com grandes indústrias como: as indústrias Matarazzo; o grupo Votorantim e outros grandes grupos industriais (LACERDA, 2006).

De acordo com a pesquisa de Curado e Cruz (2008) o período de desenvolvimento da industrialização no Brasil (conforme periodização estipulada por Tavares (1975) e Mello em (1982)) é dividida em três fases:

- I. A fase do crescimento com diversificação da atividade industrial (1860-1933);
- II. A industrialização restringida (1933-1955);
- III. A industrialização pesada (1955-1980).

Na primeira fase a industrialização apresenta um aumento de produtos de consumo não duráveis com pouca representatividade de produtos ligados a produção de bens e intermediários. Esse período a industrialização estava bastante ligada ao setor cafeeiro, sendo um complemento econômico (CURADO & CRUZ, 2008).

Na segunda fase, a industrialização se intensifica e o ritmo de crescimento da economia passou a estar ligado com a expansão industrial. Houve um ligeiro aumento da produção de bens de capital e uma diminuição da importância aos bens de consumo. Um crescimento endógeno não ligado a demanda externa, mas acumulação de capital no setor industrial. Essa fase ficou conhecida como “industrialização restringida” uma vez que a produção industrial estava ligada a capacidade de importação de bens de produção, o que dependia das divisas obtidas do setor primário exportador (CURADO & CRUZ, 2008).

A terceira fase de industrialização, conhecida como industrialização inicia-se em 1955 com o Plano de Metas. Essa época é marcada por investimentos em blocos localizados na economia, com a forte presença do capital internacional e público na economia. O que distingue essa fase das demais é o tipo de investimento: que cresce a frente da demanda e pelas estruturas técnica e financeira do capital (CURADO & CRUZ, 2008).

Para Suzigan (2000) a industrialização no Brasil surgiu a partir de quatro grandes interpretações:

- **Teoria dos choques adversos:** analisa a industrialização a partir de crises no setor importador e crises econômicas internacionais. Seriam essas adversidades as responsáveis pela industrialização no Brasil uma vez que com elas surgiram dificuldades no setor exportador e criou-se assim um mercado interno motivado pela necessidade de bens antes importados;
- **Industrialização como resultado da expansão das exportações:** analisa a industrialização como resultado das exportações. As exportações de café criaram no Brasil condições para a industrialização. Criaram-se habilidades empresariais, infraestrutura, capital para investimento e mão-de-obra para que se desenvolvesse a industrialização;
- **Industrialização como desenvolvimento do capitalismo ou capitalismo tardio:** Analisa a industrialização como desenvolvimento da economia baseada na produção cafeeira. Sugere a transição da economia agrícola para a industrial como a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Condições internas e externas teriam criado condições para a industrialização;
- **Industrialização promovida por políticas governamentais:** Analisa a industrialização como sendo promovida por políticas governamentais. Através de subsídios, políticas fiscais e proteção

tarifária governo criou as condições necessárias para promover a industrialização no Brasil.

O Brasil do começo do século XX possuía uma economia baseada na agricultura, sobretudo a do café. Nesse período, o produto mais importante e mais dinâmico de exportação do país era o café. Ele foi o precursor de toda a mudança no sistema econômico do país: com a abolição da escravatura houve excesso de mão-de-obra provida da cultura cafeeira, com as exportações foi possível acumular capital e adquirir habilidades empresariais e com a crise no setor exportador provocada pela “grande depressão de 1929” o mercado teve que se adaptar as novas mudanças. Estavam criadas as bases da industrialização brasileira. Desta forma, foi possível diversificar as atividades econômicas internas e modernizar a economia. A sociedade (mercado) passou a necessitar de bens de consumo: máquinas e equipamentos, implementos agrícolas, insumos, material de transporte etc. Isso criou no Brasil condições para que se desenvolvessem indústrias que suprissem a demanda interna (SUZIGAN, 2000).

De acordo com Toledo (2008) a conjuntura favorável à produção do café levou a superprodução nacional que ultrapassou o consumo mundial, o que levou o governo brasileiro intervir na economia. Em 1906 acontecia na cidade de Taubaté, interior de São Paulo o “Convênio de Taubaté” importante evento para a política da época que tinha por objetivo controlar o preço no mercado internacional. O governo comprava a produção excedente a fim de manter o preço. Essa ajuda aos cafeicultores estava atrelada a manutenção da produção, o que não aconteceu e levou ao aumento da oferta do produto, o que causou a falha da política pública. Entrava em crise o produto mais dinâmico da economia da época e com ele o sistema econômico como um todo.

Segundo Lacerda (2006) “de modo geral, até a década de 1930, o desenvolvimento capitalista do país tivera um caráter esporádico dado as condições de domínio do latifúndio semi feudal e as formas de capitalismo inferiores”. Com a crise mundial, a cafeicultura brasileira encontrava-se em uma situação extremamente vulnerável: do período de 1925-1929, a produção crescera quase 100%. A produção de café em expansão, as exportações afetadas, o que fazer com essa produção excedente que não conseguiria sair facilmente do país? Essa era uma situação difícil de ser resolvida, uma vez que o governo não poderia abandonar os cafeicultores, que representavam a elite brasileira. O governo então resolveu bancar a colheita e comprar a produção. Essa medida não gerou resultados satisfatórios,

uma vez que a economia estava estagnada. A Grande Depressão provocou uma diminuição do nível de renda de 25% a 30% e o índice de preços dos produtos importados subiu 33%, este último especialmente devido à dificuldade de importar produtos. Nas importações, houve uma redução de 60%, baixando de 14% para 8% do produto interno.

Segundo Lacerda (2006, p.84): “foi na economia brasileira que o processo de substituição das importações proporcionou maior desenvolvimento industrial”. Esse processo de substituição surgiu da necessidade de atender a demanda por produtos e pelas condições encontradas no país, bastante favoráveis ao processo de industrialização. Essa política de substituição foi fundamentada pela Comissão Econômica para a América Latina. Acreditavam que quando o país passava por crises como a Grande Depressão de 1930 e as duas Guerras Mundiais, o choque adverso criado por essas crises ocasionava um desenvolvimento voltado para dentro.

Basicamente, a substituição das importações e a emergência e difusão da habilidade empresarial foram os responsáveis pelo processo de industrialização no Brasil. Os empresários. Durante as exportações adquiriam experiências de mercado e habilidades que passaram a ser fundamentais nesta nova fase. Essa experiência tornou-se de grande utilidade para incrementar novos negócios (MARTINS, 1990).

Dente os maiores problemas que precisariam ser resolvidos no país estava à questão da formação de capital. Estudos feitos pela Cepal mostravam que o país não possuía uma poupança interna, e que para conseguir o capital necessário para grandes investimentos seria necessária uma mudança comportamental da sociedade, ou então atrair investimentos externos. Entretanto, para atrair investimentos de fora seria necessário criar situações confortáveis para que o capital estrangeiro entrasse no país.

Destaca-se o pensamento nacionalista de Celso Furtado (da Cepal), que defendia a ampla participação do Estado na economia. Segundo ele, as empresas estatais deveriam investir em infraestrutura para garantir a industrialização do país, assim como o rompimento com as oligarquias e a criação de políticas sociais de distribuição de renda e reforma agrária. Esse rompimento as oligarquias deveria ser acompanhada de inovações tecnológicas que visassem a modernização inclusive do setor agrícola (VIEIRA, 2009).

No primeiro momento da economia, com a necessidade de atrair investimentos de fora para o Brasil, o governo cria condições que faz com que esse capital seja bem vindo no país, em especial

através de mudanças da taxa de câmbio e mudanças estruturais. Até 1953 a taxa de câmbio foi mantida fixa pelo governo. Com a moeda nacional valorizada, as indústrias nacionais seriam beneficiadas devido a importação de produtos, entretanto isso acarretava uma desvalorização dos dólares que entrassem no país (MANTEGA, 1990).

Essa disparidade cambial trouxe grandes conseqüências às indústrias brasileiras. A valorização da moeda nacional significava preços mais baixos em cruzeiros para produtos importados. Com relação aos exportadores, estes receberiam menos por seus produtos, uma vez que os preços das exportações estavam fixados internacionalmente (FURTADO, 1950).

Somente em 1953, com a desvalorização do cruzeiro, iniciava-se uma série de medidas de atratividade de capital estrangeiro na economia. Essas medidas levaram o país a se industrializar e ocupar um papel de destaque na economia mundial (MANTEGA, 1990).

De acordo com Melo (2009), um dos grandes estímulos ao setor industrial foi a criação da Instrução 113 da SUMOC Superintendência da Moeda e do Crédito. Essa política tinha por objetivo permitir a importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial. Essa medida teve como conseqüência imediata a expansão de áreas estratégicas da indústria brasileira, sobretudo ligadas a indústrias de base. O governo de Getúlio Vargas criou condições de atratividade do capital estrangeiro e investiu pesado em setores estratégicos e energia. São dessa época:

- Conselho Nacional do Petróleo (1938)
- Companhia Siderúrgica Nacional (1941)
- Companhia Vale do Rio Doce (1943)
- Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945).

A industrialização intensa foi baseada, sobretudo no capital estrangeiro, que entrava no Brasil aproveitando de benefícios fiscais e cambiais. Esse foi o período da internacionalização da economia do Brasil com a chegada de importantes empresas multinacionais e a criação de estatais. Esses investimentos estatais de grande porte baseados em capital estrangeiro através de empréstimos internacionais levaram o Brasil a endividar-se, o que trouxe sérias conseqüências como o aumento da carga tributária (HENRIQUE, 2011).

No Brasil, essa política de industrialização pesada ganha força em especial no Plano de Metas, em que o governo começou grandes obras com a finalidade de gerar crescimento econômico. O governo assumia os setores menos lucrativos da economia, que necessitavam de enormes

montantes de capital e longo prazo de maturação (MANTEGA, 1990).

De acordo com Vieira (2009), o Plano de Metas visava investimento em trinta e uma metas prioritárias divididas em cinco grupos estratégicos e a meta síntese – a construção da nova capital federal:

- Energia (43% dos investimentos);
- Transporte (29,6% dos investimentos);
- Alimentação (3,2% dos investimentos);
- Indústria de base (20,4% dos investimentos);
- Educação (3,4% dos investimentos);
- Construção de Brasília.

O crescimento econômico superior a média apresentada historicamente foi o que marcou o governo de JK. As políticas públicas orientadas para o desenvolvimento defendiam a participação do Estado como indutor do processo de crescimento econômico: sinalizando os rumos da economia e direcionando os investimentos, principalmente através de políticas que atraíssem e gerenciassem o investimento externo nas áreas estratégicas: infraestrutura e indústria siderúrgica (VIEIRA, 2009).

No período do governo militar, a criação do I e do II PNDs – Plano Nacional de Desenvolvimento tinha por objetivo continuar o processo de industrialização iniciado pelo governo JK e elevar o país a potência mundial. Ainda, foi desta época: a intensificação de políticas de substituição das importações - que visavam produzir no mercado interno produtos antes importados; o Programa Nacional do Alcool – que tinha por objetivo amenizar a crise do petróleo com a substituição pelo álcool; e a desconcentração da indústria da capital para o interior (TERCI, 2009).

No Brasil, o processo de industrialização saiu das capitais para o interior dos estados. No interior de São Paulo, criaram-se centros dinâmicos regionais, como por exemplo, em Santos, Campinas, Sorocaba e no Vale do Paraíba Paulista, em especial em São José dos Campos. Houve uma grande penetração de capital estrangeiro que criaram as multinacionais e uma elite empresarial local. Esse processo ocasionou o crescimento econômico no interior do estado, principalmente em regiões próximas a capital (RICCI, 2007).

No período do Milagre Econômico brasileiro as maiores taxas de crescimento econômico aconteceram nos anos de 1971/1974. Posteriormente, com a crise do petróleo houve uma diminuição da atividade econômica no país. O PAEG – Plano de Ação Econômico Governamental que tinha por objetivo recuperar o crescimento de anos anteriores. Esse programa detectou que entre os problemas no país estavam:

inflação, desequilíbrios econômicos regionais e desequilíbrios nas contas externas (VIEIRA, 2009).

Para Suzigan (2000), a diminuição do crescimento econômico aconteceu devido a causas econômicas e estruturais. Isso aconteceu devido a causas econômicas: perda do dinamismo da substituição das importações; conjunturais devido à instabilidade macroeconômica subsequente a crise da dívida e causas políticas. O nacional desenvolvimentismo e o intervencionismo estatal haviam perdido espaço na economia brasileira e isso ficou bastante evidente no período final do governo militar. A crise dos anos de 1980 mostrou que todas as ações políticas que orientavam o setor industrial e econômico do país não mais se aplicavam assim como a orientação do mercado também não se aplicava na regulação interna uma vez que a economia brasileira manteve-se fechada ao comércio internacional.

Ainda, de acordo com Suzigan (2000), a crise do Estado como regulador do sistema econômico – industrial do Brasil fez com que este perdesse espaço. Isso aconteceu, sobretudo no aspecto das privatizações e no corte orçamentário para o financiamento industrial e desenvolvimento do parque tecnológico, fator que reduziu a concessão de incentivos e subsídios fiscais a investimentos P&D exportação e outros. A abertura comercial no governo de Fernando Collor de Melo marca a nova etapa do processo econômico-industrial do país. Diminuição da participação do Estado na economia, internacionalização através do aumento da importação e necessidade de renovação do aparato produtivo nacional para competir com produtos importados.

Discussão

As políticas públicas orientaram o sistema produtivo brasileiro durante todo o período de industrialização. No início através da proteção ao setor cafeeiro, depois com medidas de proteção a indústria nacional e atratividade de capital externo. E no último momento, já no final do século XX com a crise do Estado, a abertura comercial e o choque provocado pelas importações na concorrência interna.

No entanto, uma questão que deve ser discutida é o quanto essas medidas foram eficazes no sentido de trazer melhorias e abalancar o crescimento e desenvolvimento. Isso tanto na proteção ao mercado cafeeiro, o desenvolvimento trazido com o Milagre Econômico e a abertura comercial, essa trazendo inclusive políticas neoliberais que permearam o sistema como um todo.

Conclusão

A industrialização brasileira teve o café como precursor do seu desenvolvimento e acontecimentos que impulsionaram o sistema agrário e feudal para a nova economia industrializada.

A atuação do governo e das políticas públicas como indutoras e reguladoras do sistema econômico foi primordial ao criar mecanismo de atratividade do capital externo, regular as atividades dentro do país e criar mecanismos de concessão de subsídios e incentivos fiscais à indústria nacional.

O nacional-desenvolvimentismo funcionou até o momento em que as pressões externas impossibilitaram a permanência do sistema fechado aos produtos importados. Nessa ocasião surge mais um choque adverso, não mais com guerras e crises internacionais, mas com a demanda do sistema globalizado de produção, tendo como conseqüência a abertura comercial no governo Fernando Collor de Melo. Esse choque ocasionou a ruptura do antigo sistema e a necessidade da indústria nacional se reinventar para que pudesse competir com produtos vindos de fora. Houve falências e um período de adaptação para que o produto nacional se tornasse competitivo no mercado nacional e internacional.

Referências

CURADO, M.; CRUZ, M. J. V. Investimento direto externo e industrialização no Brasil. **Revista Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 399-431, set./dez. 2008.

FURTADO, C. **Formação Econômica do Brasil**. 25. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1995.

HENRIQUE, M. A. **Gestão Pública e a Questão Tributária**: um estudo sobre o ISS e o IPTU nos municípios de São José dos Campos e Taubaté. 2011.162f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2011

LACERDA, A. C. *et al.* **Economia Brasileira**. 3.ed. – São Paulo: Saraiva, 2006

LAKATOS, E. M.. **Fundamentos de Metodologia Científica** / Maria de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 5. ed. – São Paulo: Atlas 2003.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARTINS, J.S. **O cativo da terra**. São Paulo: Ed Cabral, 1990

Tese (Doutorado em História Econômica) – USP Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

MARTINS, G. A. **Manual para a Elaboração de Monografias e Dissertações**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1994

MELO, H. P. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 39, n. 3, p. 513-538, julho/setembro de 2009.

NEGREIROS, P. J. L. C. AMED, F. J. **História dos Tributos no Brasil**: Editora Sinafresp. São Paulo, 2000.

RICCI, F. O desenvolvimento regional e a dinâmica do movimento do capital. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 3, n. 4, p. 140-149, Nov /2007. Disponível em <WWW.rbgdr.com.br>. Acesso em 18 de jun de 2011.

SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira**: origens e desenvolvimento. Nova edição. São Paulo: Hucitec, Ed. da Unicamp, 2000.

SUZIGAN, W. Industrialização Brasileira em Perspectiva Histórica. **Revista história econômica & história de empresas**. III. 2 (2000), 7-25.

TERCI, E. T. Industrialização e seus impactos na urbanização do interior paulista: uma análise comparada de Americana, Piracicaba e Santa Barbara Doeste. **Revista história econômica & história de empresas**. XII. 1 (2009), 33-69

TOLEDO, F. S. Taubaté como palco, o vale do Paraíba como cenário. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 4, n. 3 (edição especial), p. 118-137, ago 2008. Disponível em <WWW.rbgdr.com.br>. Acesso em 18 de jun de 2011.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social**: métodos e técnicas / Roberto Jarry Richardson: colaboradores José Augusto de Souza Peres... (et al). São Paulo: Atlas, 1999.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

VIEIRA, E. T. **Industrialização e Políticas de Desenvolvimento Regional**: o Vale do Paraíba na segunda metade do Século XX. 2009. 177f.